

Demonstrações Financeiras

Confluência Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Confluência Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**Shape the future
with confidence**

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1.440
14º andar - Centro
80410-201 - Curitiba - PR - Brasil
Tel: +55 41 3593-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Confluência Energia S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Confluência Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Confluência Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperação do ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa contexto operacional da demonstração financeira, a Companhia passou a operar a sua Pequena Centra Hidroelétrica (PCH), a partir de junho de 2023, a qual até então se encontrava em atividade pré-operacional. A geração de caixa e a consequente recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizado bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) verificamos as autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL; e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Endividamento com debêntures e cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado, na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o montante de R\$248.832 mil em debêntures sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais (“covenants”). O descumprimento de qualquer um desses “covenants” contidos nos contratos de debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado do contrato, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e, sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez. Por este motivo, consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento detalhado dos termos dos “covenants” incluídos nos contratos de debêntures firmados junto às instituições financeiras e/ou agente fiduciário; (ii) análise do cumprimento das cláusulas restritivas constantes no instrumento particular de emissão de debêntures. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Debêntures, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das debêntures e suas cláusulas restritivas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 13 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Munhoz'.

Alessandro Munhoz de Oliveira
Contador CRC PR-049384/O

Confluência Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.768	4.370
Contas a receber		5	193
Impostos a recuperar		1	563
Estoques		399	399
Outros créditos	5	978	790
		<u>11.151</u>	<u>6.315</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	6	1.080	1.305
Conta reserva	9	15.775	15.092
Imobilizado	7	453.671	397.390
Intangível		355	355
		<u>470.881</u>	<u>414.142</u>
Total do ativo		<u>482.032</u>	<u>420.457</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	8.002	399
Debêntures	9	9.164	8.567
Obrigações trabalhistas		14	-
Obrigações tributárias	10	2.513	339
		<u>19.693</u>	<u>9.305</u>
Não circulante			
Debêntures	9	239.668	237.870
Provisão para contingências	6	2.300	-
		<u>241.968</u>	<u>237.870</u>
Patrimônio líquido	11		
Capital social		269.320	218.928
Prejuízos acumulados		(48.949)	(45.646)
		<u>220.371</u>	<u>173.282</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>482.032</u>	<u>420.457</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confluência Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	12	41.982	36.081
Custo dos serviços prestados	12	(26.454)	(14.508)
Resultado bruto	1	15.528	21.573
Despesas gerais e administrativas	13	(3.405)	(2.184)
Outras receitas e despesas	13	12.692	4.645
Resultado antes do resultado financeiro		24.815	24.034
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	3.486	1.843
Despesas financeiras	14	(29.101)	(32.728)
		(25.615)	(30.885)
Prejuízo antes dos impostos		(800)	(6.851)
Imposto de renda	15	(1.719)	-
Contribuição social	15	(784)	-
		(2.503)	-
Prejuízo do exercício		(3.303)	(6.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confluência Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(3.303)	(6.851)
Total dos resultados abrangentes	<u>(3.303)</u>	<u>(6.851)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confluência Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		87.401	131.527	(38.795)	180.133
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	131.527	(131.527)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(6.851)	(6.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		218.928	-	(45.646)	173.282
Aumento de capital		52.928	-		52.928
Capital a integralizar		(2.536)			(2.536)
Prejuízo do exercício				(3.303)	(3.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		269.320	-	(48.949)	220.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confluência Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(800)	(6.851)
<i>Ajustes ao prejuízo do exercício:</i>		
Despesas de juros	28.066	28.741
Custos emissão debêntures	644	643
Depreciação	10.933	11.173
Provisão para contingência	2.300	-
<i>Varição de ativos e passivos</i>		
Contas a receber	188	913
Impostos a recuperar	562	574
Outros créditos	37	4.222
Fornecedores	7.603	(188)
Obrigações tributárias	2.174	(652)
Outras trabalhistas	14	-
Juros pagos debentures	(16.942)	(16.864)
Impostos sobre o lucro	(2.503)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	32.276	21.711
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(67.214)	(5.884)
Caixa líquido das atividades de investimento	(67.214)	(5.884)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Capital social	50.392	
Pagamento de debêntures	(9.373)	(8.131)
Conta reserva	(683)	(11.530)
Partes relacionadas	-	(1.011)
Caixa líquido das atividades de financiamento	40.336	(20.672)
Varição de caixa e equivalentes de caixa	5.398	(4.845)
Caixa e equivalentes no início do exercício	4.370	9.215
Caixa e equivalentes no final do exercício	9.768	4.370
Varição de caixa e equivalentes de caixa	5.398	(4.845)
Transações que não movimentaram caixa		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(131.527)
Capital social	-	131.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional

A Confluência Energia S.A. (“Companhia” ou “CESA”) foi constituída em 2 de janeiro de 2002. A Companhia tem por objetivo, único e exclusivo, estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante o aproveitamento do potencial hidráulico localizado no Rio Marrecas, na localidade de Faxinal da Boa Vista, Prudentópolis/PR. Durante o exercício de 2022 e 2023 a Companhia manteve os investimentos na construção da PCH, com entrada em operação comercial no dia 20 de junho de 2023.

A Companhia informa que, no exercício de 2024, ocorreu um sinistro envolvendo o túnel de adução da PCH Confluência, o qual ocasionou restrição hídrica e impactou a capacidade de geração necessária à sua operação plena. Em janeiro de 2025, foi identificado o colapso na referida estrutura, sendo iniciadas, em março de 2025, as intervenções necessárias para sua recuperação.

As obras de recuperação do túnel foram concluídas no início de 2026, permitindo a realização dos testes de segurança e possibilitando a retomada da operação da usina em 11 de fevereiro de 2026, com geração devidamente comprovada pela CCEE.

Conforme mencionado na Nota Explicativa de Eventos subsequentes, em 2 de março de 2026, a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 18/2026-SFT, avaliou o pedido apresentado pela Companhia. e concluiu pela possibilidade de restabelecimento da operação comercial das unidades geradoras UG01 e UG02 da PCH Confluência. De acordo com a referida Nota Técnica, o restabelecimento da operação comercial encontra-se apto a ser autorizado.

2. Políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do período, seguindo as mesmas políticas adotadas do exercício anterior.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia reconhece a receita, quando aplicável, e somente quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômico-futuros fluirão para a Companhia.

Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Abaixo demonstramos as vidas úteis e respectivas taxas de depreciações alocáveis para os grupos de ativos:

- Edificações, obras civis e benfeitorias: 40 anos - 2,5% a.a.
- Máquinas e equipamentos: 29 anos - 3,44% a.a.
- Móveis e utensílios: 16 anos - 6,25% a.a.
- Reservatórios, barragens e adutoras: 36 anos - 2,72% a.a.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de é reconhecida diretamente no resultado do período.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Debêntures

As debêntures são reconhecidas como passivos financeiros no balanço patrimonial e são inicialmente mensuradas pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as debêntures são mensuradas pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros incorridos são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos, a menos que possam ser diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado ao longo do período da obrigação, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia também mantém uma conta reserva relacionada às debêntures, conforme exigido pelos contratos de emissão. Essa conta reserva tem o objetivo de garantir o pagamento de obrigações futuras associadas às debêntures e é classificada no balanço patrimonial como um ativo restrito até sua utilização.

2.10. Ativo e passivo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.13. Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 13 de março de 2026.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera, bem como provisão para realização de determinados créditos tributários para os quais não tem expectativas de realização.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.1. Julgamentos--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas quando necessário. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Conta corrente	535	221
Aplicações financeiras	9.233	4.149
	<u>9.768</u>	<u>4.370</u>

As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em ativos de renda fixa, com remuneração atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor portanto todas classificadas para negociação no curto prazo.

5. Outros Créditos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros a apropriar	967	783
Outros	11	7
	<u>978</u>	<u>790</u>

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

6. Depósitos judiciais e contingências

A Companhia possui depósitos judiciais referente a duas causas cíveis perfazendo o total de R\$1.080 (R\$1.305 em 2024). A Companhia está em tratativas para celebração de acordo nas referidas demandas, com expectativa de conclusão e encerramento dos processos ao longo do exercício de 2026. Em decorrência deste acordo, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$2.300, com base nos valores estimados para liquidação.

A Companhia mantém processos cíveis e trabalhistas em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$25 (R\$225 em 31 de dezembro de 2024), para as quais a administração entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

7. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023	175.617	4	432	136.993	89.633	-	402.679
Adições	1.976	-	-	1.853	1.955	100	5.884
Depreciações	(5.653)	-	-	(3.231)	(2.289)	-	(11.173)
Em 31 de dezembro de 2024	171.940	4	432	135.615	89.299	100	397.390
Adições	94	-	-	-	-	67.120	67.214
Depreciações	(5.623)	-	-	(3.044)	(2.266)	-	(10.933)
Em 31 de dezembro de 2025	166.411	4	432	132.571	87.033	67.220	453.671

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que ativos imobilizados poderiam estar contabilizados por valor acima do valor recuperável, e conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

As máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia estão alienados fiduciariamente em garantia das debêntures.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

8. Fornecedores

	2025	2024
Pedra Branca Escavações	7.118	-
G5 Engenharia	280	-
Outros fornecedores	604	399
	8.002	399

9. Debêntures

	2025	2024
Debêntures - Principal	215.000	215.000
Atualização	114.332	86.266
Amortização Principal	(20.160)	(10.787)
Amortização juros	(50.090)	(33.148)
(-) Custos de emissão	(10.250)	(10.894)
	248.832	246.437
Circulante	9.164	8.567
Não circulante	239.668	237.870

Em 15 de novembro de 2021 foi realizada a emissão do instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia. O objetivo da captação é disponibilizar recursos suficientes para que o projeto e implementação da PCH possa ser finalizado conforme previsto em seu cronograma de obra.

A emissão ocorreu no formato de série única sendo o valor total da emissão no montante de R\$215.000. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, sendo escriturais e nominativas, possuindo prazo de vencimento de 20 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2041.

A Companhia mantém uma conta Reserva, conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária de direitos, administração de contas e outras disposições, com o objetivo de assegurar os recursos necessários para cumprir as obrigações garantidas. Em 31 de dezembro de 2025 este montante é de R\$15.775 (R\$15.092 em 31 de dezembro de 2024).

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

9. Debêntures--Continuação

Custos de transação

A Companhia incorreu em gastos de estruturação e distribuição das debêntures, na ordem de R\$12.880. Conforme previsto no CPC 08 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) estes valores estão registrados como redutores dos saldos de debêntures a pagar e serão amortizados pelo prazo de vigência das Debêntures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi amortizado o valor de R\$644 (R\$644 em 2024) os quais foram alocados no resultado (Custos com empréstimos) de acordo com o CPC 20.

Atualização monetária das debêntures

O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sendo automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das debêntures, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis.

Juros Remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios a taxa de 6,6018%, que foi determinada na data do procedimento de bookbuilding. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a partir da Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização, calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por dias úteis.

Resgate Antecipado Facultativo Total

Após transcorridos 6 (seis) anos entre a data de emissão e a data efetiva do resgate antecipado, a emissora estará autorizada, mas não obrigada, independentemente de qualquer aprovação, nos termos da resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") ou legislação superveniente que venha a substituí-la, a realizar o resgate antecipado da totalidade das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, nos termos dos procedimentos previstos abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

9. Debêntures--Continuação

Covenants financeiros

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado, tais como:

- Manter o ICSD - Índice de Cobertura do Seguro da Dívida igual ou superior a 1,20 durante toda a vigência do contrato.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu todos os covenants exigidos pelo instrumento de debêntures.

Garantias

Garantias reais: as debêntures são garantidas por alienação fiduciária da totalidade das ações dos acionistas na Companhia (emitidas e que venham a ser emitidas); dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes destas ações; alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia; direitos creditórios provenientes das operações da Companhia; direitos sobre contratos celebrados com o objetivo de implantação do projeto da PCH.

Garantia Fidejussória: Fiança bancária. Tendo em vista a conclusão física do projeto, a Companhia obteve a exoneração das fianças em 27 de outubro de 2023.

10. Obrigações Tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ISS retido na fonte	826	6
CS retido na fonte	610	11
INSS Retido na fonte	635	8
IRPJ/CSLL	311	-
Pis/Cofins	126	310
IRRF retido da fonte	5	4
	<u>2.513</u>	<u>339</u>

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

11. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$271.856 (R\$218.928 em 31 de dezembro de 2024), composto por 427.698 (323.918 em 31 de dezembro de 2024) lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo distribuído entre os acionistas, proporcionalmente à participação social, da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Ações ON (lotes de mil)</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>% participação</u>
Ana Carolina Ferraz	84.403	52.282	19,73%
Ana Paula de Macedo Ferraz	84.403	52.282	19,73%
João Elisio Ferraz de Campos	61.322	38.596	14,34%
Paulo Fernando Billes Goetze	33.224	20.658	7,77%
CRNL Participações Societárias Ltda	34.408	21.252	8,04%
Rodrigo Maranhão Khury	15.429	11.296	3,61%
Marco Antonio Roderjan Carneiro	12.401	8.836	2,90%
LZ4	16.368	10.306	3,83%
GS Participações Ltda	15.625	9.855	3,65%
Felipe Reis Ribas Muller	12.324	7.773	2,88%
Mariella Reis Ribas Muller Michaelis	12.324	7.773	2,88%
Priscilla Muller Gulin Crivellaro	12.324	7.773	2,88%
Regina Lúcia Ribeiro dos Santos Gluck	9.470	5.974	2,21%
Danusa Roderjan Carneiro	5.970	4.482	1,40%
RCH	4.521	3.923	1,06%
Nodama Participações Societárias Ltda	3.952	2.973	0,92%
Cristina Hardy Muller	4.615	2.911	1,08%
Renata Hardy Muller	4.615	2.911	1,08%
	427.698	271.856	100,00%

Em 09 de dezembro de 2025 a Companhia subscreveu capital social no valor de R\$52.928. A integralização de R\$50.392 ocorreu em moeda corrente nacional e o saldo remanescente de R\$2.536 será integralizado em moeda corrente nacional no primeiro trimestre de 2026.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

12. Resultado operacional bruto

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas com venda de energia	43.572	39.758
(-) Impostos sobre faturamento	(1.590)	(3.677)
Receitas líquidas	41.982	36.081
Custos com compra de energia	(12.823)	-
Custos O&M	(2.697)	(3.336)
Depreciação	(10.934)	(11.172)
Custos dos serviços	(26.454)	(14.508)
Resultado operacional bruto	15.528	21.573

Em decorrência de sinistro ocorrido na PCH, que impactou temporariamente sua capacidade de geração de energia, e considerando que a PCH teve sua suspensão temporária do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a partir de 03 de julho de 2025, a Companhia necessitou adquirir energia no mercado livre para o cumprimento de suas obrigações contratuais de comercialização.

13. Despesas por natureza

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas gerais e administrativas	(3.405)	(2.184)
Outras receitas e despesas	12.692	4.645
	9.287	2.461

A apresentação das despesas por natureza é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Indenização danos materiais	15.000	6.763
Serviços de terceiros	(603)	-
Vigilância e monitoramento	(193)	-
Manutenção e conservação edifícios e instalações	(59)	-
Honorários advocatícios	(25)	(233)
Auditoria	(114)	(78)
Remunerações e encargos sociais	(45)	(612)
Taxas e impostos	(464)	(290)
Seguros	(1.767)	(1.435)
Provisão para contingências	(2.300)	-
Outras	(143)	(1.654)
	9.287	2.461

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

14. Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimentos sobre aplicações	3.486	1.843
Receitas financeiras	3.486	1.843
Juros debêntures	(28.067)	(28.739)
Outras despesas financeiras	(1.034)	(3.989)
Despesas financeiras	(29.101)	(32.728)
Resultado financeiro	(25.615)	(30.885)

15. Impostos

a) Reconciliação da alíquota efetiva

A partir de 01 de janeiro de 2025, a Companhia optou por realizar uma mudança no regime tributação, passando do lucro real para a sistemática do lucro presumido, para alinhar-se com a sua realidade operacional. A demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é a seguinte:

	2025	
	IRPJ	CSLL
Receita bruta operacional	43.572	43.572
Presunção da receita bruta	8%	12%
Receita financeira	3.486	3.486
Presunção da receita financeira	100%	100%
Base tributável Lucro Presumido	6.972	8.715
Imposto de renda	1.719	-
Contribuição social	-	784

b) Imposto de renda e contribuição social

Em 2024 a Companhia era tributada pela sistemática do lucro real. A demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é a seguinte:

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

15. Impostos--Continuação

	<u>2024</u>
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	<u>(6.851)</u>
Alíquota vigente	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	<u>(2.329)</u>
Efeitos sobre diferenças permanentes:	
Outros	<u>33</u>
Prejuízo fiscal não reconhecido	<u>2.296</u>
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>-</u>
Corrente	-
Diferido	-

16. Seguros

A Companhia adota uma política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possui 04 apólices de seguros cobrindo riscos de engenharia, responsabilidade civil de administradores, responsabilidade civil geral e responsabilidade civil ambiental.

O montante de seguros a apropriar está segregado da seguinte forma:

<u>Riscos envolvidos</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>Importância Segurada</u>
Riscos de engenharia	908	673	261.845
Responsabilidade administradores	9	16	40.000
Responsabilidade civil geral	18	18	50.000
Responsabilidade civil ambiental	58	76	30.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

a) Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos

i) *Risco de taxa de juros*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	8.002	399
Debêntures	248.832	246.437

Confluência Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2025			2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Conta corrente	-	535	535	-	221	221
Aplicações financeiras	9.233	-	9.233	4.149	-	4.149
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	8.002	8.002	-	399	399
Debêntures	-	9.164	9.164	-	8.567	8.567
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

18. Eventos Subsequentes

Em 2 de março de 2026, a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 18/2026-SFT, concluiu pelo restabelecimento da operação comercial das unidades geradoras UG01 e UG02 da PCH Confluência. As unidades estavam com operação suspensa desde julho de 2025 em razão de danos estruturais no túnel de adução decorrentes de ocorrência registrada em dezembro de 2024.

As obras de recuperação foram concluídas e a usina retomou a operação em 11 de fevereiro de 2026, com geração comprovada pela CCEE. A Companhia solicitou à ANEEL o restabelecimento da operação comercial, que, conforme a Nota Técnica, encontra-se apto a ser autorizado.